

## RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PROPOSTA

**Registo**  
Relatório n.º 16773 / 2023

**Data da Informação**  
04/05/2023

**Processo**  
2023/300.10.005/368

**ASSUNTO:** Proposta de adjudicação - Aquisição de serviços de assessoria jurídica na área do urbanismo - Município de Sines

Na sequência da decisão de contratar e autorização da despesa relativa Aquisição de serviços de assessoria jurídica na área do urbanismo – Município de Sines, pelo Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 13/04/2023, procedeu-se, ao abrigo da alínea c) do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP), ao lançamento de um procedimento de consulta prévia, para a formação do contrato referente à aquisição mencionada.

Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, foi designado o júri do procedimento para condução do mesmo. Tendo sido apresentada uma única proposta, nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, pode ser dispensado o júri, sendo a proposta analisada pelo serviço requisitante.

### 1. Enquadramento

O procedimento decorre na plataforma de contratação publica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces/>;

O preço base do procedimento foi fixado em € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros).

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da avaliação do preço, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º CCP.

O prazo para apresentação de propostas foi fixado até às 23:59 horas do dia 23/04/2023. Foram convidadas à apresentação de proposta as seguintes entidades:

- Dulce Lopes, Lda, com o NIF 509079199, com adjudicações mediante consulta prévia no valor de 48.000,00;
- Carla Barbosa - NIF 207280088, sem adjudicações mediante consulta prévia;
- Docéu Maria Pinto Vilar - NIF 214940071, sem adjudicações mediante consulta prévia.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

Não foram pedidos pelos interessados, esclarecimentos ou apresentadas listas de erros e omissões do caderno de encargos.

## **2. Análise da proposta**

Na sequência do convite, a empresa Dulce Lopes, Ld.<sup>a</sup>, apresentou a sua proposta, com entrada no dia 21/04/2023 pelas 12:19 horas, pela plataforma eletrónica <https://www.anogov.com/cm-sines/faces/>;

Em 26/04/2023, procedeu-se à abertura das propostas.

Foi verificada a proposta apresentada, quanto aos requisitos do procedimento e os termos e condições do caderno de encargos.

Não se verifica a necessidade de solicitar esclarecimentos sobre a proposta apresentada. A proposta cumpre as formalidades e está devidamente instruída com todos os elementos solicitados, pelo que a mesma se encontra em condições de ser admitida.

## **3. Proposta de adjudicação**

Nos termos do disposto no artigo 125º do Código dos Contratos Públicos (CCP), propõe-se a adjudicação da proposta do concorrente Dulce Lopes, Ld.<sup>a</sup>, com o NIF 509079199, com sede na Rua António Vasconcelos, 53, 3000-054 Coimbra, pela quantia de € 48.000,00 (quarenta e oito mil euros) a que acresce o IVA à taxa de 23 % no valor de € 11.040,00 (onze mil e quarenta euros), o que totaliza € 59.040,00 (cinquenta e nove mil e quarenta euros).

A despesa foi cabimentada com o número sequencial 22606 de 10/04/2023.

## **4. Contrato escrito**

Nos termos do art.º 95.º do CCP o contrato será reduzido a escrito.

## **5. Notificação do adjudicatário**

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, dever-se-á, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder à notificação da adjudicação ao adjudicatário.

Nos termos do n.º 2 do art.º 77.º do CCP o adjudicatário será igualmente notificado para

apresentar os documentos de habilitação, exigidos nos termos do art.º 81.º do CCP, no prazo de cinco dias contatados da notificação de adjudicação;

À consideração superior,

A Chefe de Divisão Jurídica, Fiscalização e Ambiente

ibarroos

---